

Desafios ao Desenvolvimento Local e Regional

Ester LIMONAD

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Geociências - Campus da Praia Vermelha
Av. Litorânea, s/n, sala 506 - Boa Viagem. - Niterói - RJ
e-mail: ester_limonad@yahoo.com

Resumo

Parte-se da hipótese que os lugares não podem ser pensados por si só. Busca-se demonstrar que a questão local não pode ser compreendida como uma questão de interesse e abrangência estritamente local. Tal postura se contrapõe a décadas de prática de planejamento urbano e local, que tendia a ver seus objetos como algo isolado e localizado. Portanto, com a meta de contribuir a uma perspectiva crítica de reflexão da questão local serão feitas neste ensaio algumas ponderações, consideradas pertinentes para a prática de planejamento e desenvolvimento local e regional. Inicialmente serão abordadas, com um olhar crítico, algumas das, assim chamadas, soluções "inovadoras", para esclarecer seu significado e limitações. A seguir, se apontarão alguns desdobramentos sócio-espaciais das transformações tecnológicas e produtivas recentes. Por conseguinte destacar-se-á a necessidade de retomada da região, enquanto categoria de análise e reflexão, para refletir sobre alguns elementos a serem considerados na prática de planejamento na perspectiva de promover o desenvolvimento local e regional.

Palavras-Chave: desenvolvimento local, região, novas tecnologias

Abstract

Departing from the hypothesis that places cannot be thought detached from a larger framework this essay tries to demonstrate that in no way local problems can be seen and understood as strictly local. This approach goes against decades

of local and urban planning, which used to see its objects as if they were isolated from a larger reality. Hence, in order to give a critical contribution towards the understanding of local and regional integrated development some remarks will be made aiming local level development practices. Initially from a critical point of view, some of the so-called "innovative" solutions will be considered to clarify their meaning and limitations; afterwards recent socio-spatial unfoldings of technological and productive transformations will be approached. Therefore, the need to rescue concept of region as a theoretical and analytical category will be emphasized in order to improve and promote regional and local development.

KeyWords: local development, region, new technologies

Résumé

Il se part de l'hypothèse que les places ne peuvent pas être pensés par eux-mêmes. Il se cherche démontrer que la question locale ne peut pas être compris comme une problème d'intérêt et d'extension strictement locale. Telle position s'oppose à décennies de pratique de planification urbaine et locale, qu'a tendu à voir leurs objets comme quelque chose isolé et localisé. Donc, avec l'objectif de contribuer à une perspective critique de réflexion sur la question locale seront faites dans cet essai quelques pondérations, considérées pertinents pour la pratique de planification et de développement local et régional. Elles seront abordées, initialement, avec un regard critique, certaines des solutions, ainsi appelées, "éléments innovateurs", pour clarifier sa signification et ses limitations. En suite, ils s'indiqueront quelques déploiements social et spatial des transformations technologiques et productives récentes. Par conséquence se détachera la nécessité de récupérer la région, comme catégorie d'analyse et de réflexion, pour réfléchir sur quelques éléments qui pourraient être considérés dans la pratique de planification dans la perspective de promouvoir le développement local et régional.

Mots Clé : développement local, région, nouvelles technologies

As possibilidades que ora se apresentam para a resolução dos problemas de desenvolvimento local são múltiplas e problemáticas. Esta não é uma questão simples, passível de ser resolvida mediante algumas ações concertadas localmente, ou apenas através da força do próprio local, como seria do agrado dos políticos e dos mais pragmáticos. Assumir tal possibilidade de forma universal, vê-la como aplicável a todas as cidades e lugares, significaria admitir que todos os

lugares disporiam dos “ingredientes” necessários para garantir um desenvolvimento autóctone. Isto implicaria, também, em aceitar que estes “ingredientes” estariam distribuídos de forma homogênea no espaço. Assim, o “caminho para o sucesso” estaria condicionado apenas pela vontade política dos governantes ao nível local. Isso implicaria em aceitar o espaço isotópico e sem história dos economistas ou o espaço-continente amorfo dos arquitetos.

Voltemos ao básico. Como se sabe, os recursos naturais encontram-se desigualmente distribuídos no território e constituem a base material para a produção concreta de condições gerais de produção de diferentes sociedades, que deles se apropriam para garantir sua reprodução. Ao longo do tempo, o encontro espacial de diferentes lógicas sociais confere significado e sentido a determinados sítios geográficos, que se convertem, assim, em lugares. Uma determinada latitude e longitude expressam uma coordenada geográfica, que é destituída de significado social em si (Harvey, 1996:127), embora ambas, a latitude e a longitude, também, sejam uma construção social. Não obstante, se esta coordenada geográfica possui uma designação específica, Lisboa, Barcelona ou Rio de Janeiro, ganha com isso outra dimensão e significado. Portanto, os lugares são construções sociais e cada lugar é fruto de uma sociedade, de uma história e detém recursos naturais próprios e específicos. A especificidade de cada lugar está ligada às suas características naturais e à sua produção social. Cada lugar, enquanto parcela de um espaço socialmente construído, constitui a condensação de distintos processos e práticas sociais, que ao mesmo tempo conferem um caráter específico e entrelaçam a história e o desenvolvimento geograficamente desigual e combinado dos lugares. Portanto, enquanto síntese de significados sociais cada lugar, em si, é singular. Dialeticamente, embora cada lugar seja singular, é um produto social, assim, os lugares não existem por si só, mas enquanto desdobramento de outras estruturas sociais.

Partimos, assim, da hipótese de que os lugares não podem ser pensados por si só. O que implica em não compreender a questão local como uma questão de interesse e abrangência estritamente local. Tal postura se contrapõe a décadas de prática de planejamento urbano e local, que tendia a ver seus objetos como algo isolado e localizado. Não se trata de adotar a teoria do caos, segundo a qual uma borboleta bate as asas em Paris e temos um terremoto em Los Angeles. Tampouco se trata de admitir uma correlação mecânica causa-efeito. Mas de perceber que os fatos sociais estão interligados em distintas escalas. Em uma análise recente das perspectivas futuras das cidades italianas Secchi (2004:157) alerta que “a política da cidade não pode hoje ser considerada apenas como uma questão de interesse local”. De fato hoje as múltiplas redes de inter-relações em diferentes planos e níveis propiciam reações em várias escalas de fatos e eventos ocorridos em escala local.

Com a meta de contribuir para uma perspectiva crítica de reflexão da questão local faremos neste ensaio algumas ponderações, que julgamos pertinentes de serem consideradas em uma prática de planejamento e desenvolvimento. Para atingir nosso objetivo, inicialmente, (i) abordaremos com um olhar crítico algumas das, assim chamadas, soluções “inovadoras”, que consideramos mais relevantes, para esclarecer seu significado e limitações. A seguir (ii) apontamos alguns desdobramentos sócio-espaciais das transformações tecnológicas e produtivas recentes. Nesse sentido destacaremos a necessidade de retomada região enquanto categoria de análise e reflexão, para, enfim, (iii) refletir sobre alguns elementos e desdobramentos a serem considerados na prática de planejamento na perspectiva de promover o desenvolvimento local.

1. A panacéia contemporânea: as soluções “inovadoras”

Não há como tratar das últimas soluções “inovadoras” sem fazer referência ao planejamento estratégico, que se disseminou como uma praga de computador. Atualmente uma ampla gama de cidades em todo o mundo possui planos estratégicos para garantir seu desenvolvimento futuro. De cidades centrais a núcleos periféricos, todas sem exceção possuem diagnósticos elaborados por especialistas, especialmente contratados para isso, que apontam os caminhos possíveis para o desenvolvimento urbano local. De Los Angeles, Xangai, São Paulo a cidades como Nova Iguaçu e São Gonçalo, situadas na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, todas, sem exceção, detêm planos com um mesmo objetivo: torná-las globais.

A reificação e fetichização das cidades, enquanto sujeitos da ação social, defendida pelo planejamento estratégico, conduz a uma percepção limitada dos problemas urbanos. Desta forma estes problemas tendem a ser percebidos como específicos e localizados e não como estruturais e resultantes de processos sócio-espaciais mais gerais. Esta percepção limitada propicia um ambiente favorável à tomada de decisões pragmáticas por parte de técnicos, urbanistas e planejadores. Assim, em nome de um “bem e futuro comum” governos municipais elaboram planos de desenvolvimento e renovação urbana na perspectiva de articular suas cidades aos fluxos globais.

Não se fará aqui uma explanação exaustiva sobre o planejamento estratégico (vide a respeito os trabalhos de Arantes 1998 e 2002), embora não se possa deixar de salientar seu caráter dúbio. O próprio plano estratégico apresentado, por seus defensores, enquanto uma solução inovadora e uma panacéia para a resolução dos problemas que afligem as cidades contemporâneas, constitui um ato parcial, uma tática, resultante de um “complexo processo de interações, cujo

objetivo central mais ou menos explícito é a criação do consenso sobre questões estratégicas dadas” (Pichierri, 2002:695).

A prática de planejamento estratégico disseminou-se mundialmente nas duas últimas décadas do século XX a partir das experiências de Barcelona e Turim. É interessante ressaltar que, em diversas partes do mundo, as diversas tentativas de replicar estas experiências relativamente bem-sucedidas¹, muitas vezes, desconsideram o que as antecede e sucede e menosprezam os condicionantes espaço-temporais das experiências que lhes servem de inspiração. Esquecem, assim, que a projeção internacional de Barcelona não constitui uma novidade, e tampouco é um fato recente (Limonad, 2005). Desde meados do século XIX esta cidade, considerada a Manchester da Catalunha, abrigou vários eventos internacionais importantes, que propiciaram intervenções urbanísticas de grande porte.

A disseminação do planejamento estratégico estaria relacionada a um amplo espectro de transformações no último quartel do século XX. O “*second industrial divide*” delineado por Piore e Sabel (1984), a disseminação das tecnologias de informação e comunicação e a reestruturação produtiva contribuíram para engendrar uma nova organização do espaço social e uma concomitante construção de novas alianças regionais, em distintas escalas. Configurou-se, assim, um novo quadro sócio-espacial, em que antigos protagonistas do desenvolvimento econômico e regional passaram a ocupar um segundo plano. Por conseguinte, com a intenção de recuperar a antiga primazia, especialistas em planejamento, consultores e governantes, em diversas escalas de poder, buscaram e tomaram iniciativas “no intento de mobilizar os principais atores locais em torno de uma visão partilhada do futuro” (Pichierri, 2002:695).

No caso do planejamento estratégico não se trata, porém, apenas de administrar as relações entre os “principais” atores, ou seja, entre os distintos grupos de interesses hegemônicos em jogo. A intenção destes planos estratégicos é introduzir novos atores e elementos “estratégicos” no cenário local que transmitam uma visão de futuro e progresso, como os “*world trade center*”, os teleportos, e os edifícios inteligentes. Ícones da globalização. Um *must* para aquelas cidades que desejam se globalizar e articular aos fluxos mundiais. Marcas registradas que se converteram em excelentes negócios para as organizações detentoras de suas patentes, que recebem os respectivos royalties e taxas administrativas (vide <http://www.worldteleport.org/> e <http://www.wtca.org>). Atualmente, são mais de 355 *world trade centers* distribuídos em todo o mundo, de Abhu Dabí a São Paulo, de Moscou a Shanghai e Pequim entre outros. Muitos dos quais contam com as instalações semi-ocupadas, em uma avaliação otimista. Além disso, há aqueles

¹ Atualmente estão sendo feitos reparos críticos ao sucesso da experiência de Barcelona, vide neste sentido os trabalhos recentes de Borja (2005) e Capel (2005).

que pagaram a franquia, pagam as anuidades, e sequer foram construídos como o *World Trade Center* do Rio de Janeiro, que funciona nas instalações do *World Trade Center* de São Paulo.

Outra perspectiva mais recente, e em voga, é o desenvolvimento local sustentável. O termo sustentável ao adjetivar o desenvolvimento local contribui para sua legitimação. Vejamos como. Já de início a própria idéia de sustentabilidade do desenvolvimento não possui nada de novo, pode ser encontrada nas obras dos clássicos da economia, como David Ricardo e Karl Marx, e posteriormente em Schumpeter e nos trabalhos dos seguidores de Keynes (Pedrão, 2002:28).

O rótulo de sustentabilidade, por sua vez, contribui para limitar as possibilidades de ação social, ao fazer parecer que há apenas uma forma adequada de apropriação material dos recursos naturais e do território: a “sustentável”! Permanece no ar a pergunta: para sustentar o quê? Quem? Com que fins? Como? Perguntas aparentemente simples, mas não tão fáceis de serem respondidas. A idéia em si é sedutora, cativante. Como alguém pode não ser a favor da sustentabilidade? Sem embargo, em uma sociedade de classes pautada na propriedade privada e na desigualdade de acesso a bens, serviços e meios de produção, devemos ter claro que a própria idéia de sustentabilidade é forjada sobre agendas políticas e interesses específicos diferenciados, e muitas vezes hegemônicos, em que o termo sustentabilidade pode possuir distintos significados para diferentes pessoas. Destarte este termo pode significar desde um uso que se prolonga no decorrer do tempo, sem exaurir os recursos não renováveis, até um desenvolvimento endógeno, que se sustenta por si, sem interferências exógenas, em enclaves econômicos e sociais.

Não há quem seja favorável a implementação de práticas “insustentáveis” como assinala David Harvey (1996: 148), e é bom ressaltar, nem nós o somos, embora o termo funcione como um selo, um rótulo positivo, que contribui para conferir legitimidade a práticas e ações sociais, bem como para articular diferentes discursos em torno de uma estratégia comum, de um consenso social, em particular em torno de estratégias voltadas para o desenvolvimento urbano com a preocupação ambiental e sustentável.

Não há como deixar de mencionar as propostas que vêm no poder local a resposta para os problemas urbanos. Para estas propostas a solução repousaria na força e potencialidade do lugar, nos atores locais e em suas especificidades. E aí, podemos remeter-nos às questões relacionadas à identidade local, à memória coletiva e até mesmo aos movimentos sociais, que buscam articular a sociedade de “baixo para cima”, que desde a década de 70 conquistaram uma certa preeminência no âmbito das lutas sociais em torno da reprodução do cotidiano e da família.

Predomina na produção intelectual, direcionada ao desenvolvimento local, uma exaltação dos valores locais, do papel da comunidade, do civismo, da ci-

dadania, da comunhão de propósitos voltados para o desenvolvimento local, como se não houvesse diferentes classes sociais, distintos capitais, interesses diversos, enfim, como se por um passe de mágica deixasse de haver conflito social e competição econômica. Como bem aponta Brandão (2005:13) “as listas intermináveis de vantagens relativas locais contrapõem: um mundo *clean*, pouco conflituoso, diversificado, de indivíduos talentosos, convivendo proximamente, etc; e um mundo *dark*, pouco solidário, massificado, rígido, politizado, de classes sociais antagônicas, etc”.

Na perspectiva de reforçar o local, associado ao lema de “pensar localmente e agir globalmente”, surge a idéia de glocalização; que vincula mudanças na divisão espacial do trabalho, relacionadas ao desenvolvimento local com as necessidades impostas pela globalização e às possibilidades que ela descortina. Um complemento a isto seria a promoção de *clusters* industriais “idéia desenvolvida nos EUA, como o veículo escolhido para induzir o renascimento das economias regionais” (Cox, 2004:180). Tendemos a concordar com Cox (idem) quando assinala que “um mérito desta concepção é ser consistente com a agenda neoliberal e com o propósito destas políticas, a reimposição da lei do valor”.

Monta-se, assim, uma arena de conflitos, em várias instâncias, em que diversos atores se digladiam e buscam um “espaço ao sol”, literalmente no caso dos despossuídos (os sem-terra, os sem-teto) – os quais estão a se multiplicar e diversificar com a ampliação das desigualdades sócio-espaciais e da exclusão social. Problema que assombra os países de capitalismo tardio e em desenvolvimento há mais de meio século. Surgem, então, inúmeras propostas e possibilidades de se pensar pragmaticamente soluções, muitas vezes com base nas novas tecnologias de informação e comunicação. De fato é possível se amenizar alguns problemas e condicionantes mediante uma efetiva ação social e política, embora a solução não se descortine ao “fim do túnel”. Pois, a base para as desigualdades sócio-espaciais permanece e o que se encontra muitas vezes são soluções conjunturais para problemas estruturais. Ou como dizia Carlos Nelson Ferreira dos Santos, quando questionado sobre a exploração dos pobres pelos pobres com relação à prática de aluguéis exorbitantes nas favelas cariocas, “*não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade de classes capitalista pautada na propriedade privada, portanto não podemos esperar que mesmo os pobres não ajam de acordo*”. Sem embargo, não há como esquecer que se vive em uma sociedade de desiguais regida por leis para iguais.

Nenhuma das perspectivas assinaladas apresenta-se sequer como paliativa, embora todas, cada uma *per si*, possam servir de base à promoção de políticas, de políticos e, mesmo, de certos grupos de interesses, em nome de um bem ou “*futuro*” comum.

A última novidade são os pactos territoriais, que no Brasil ganharam o nome de arranjos produtivos locais (APLs). Idéia inspirada na experiência da Emília

Romana e do Baden Württemberg, que a despeito de sua repercussão mundial tem encontrado dificuldades para se disseminar, em virtude das especificidades territoriais que possibilitaram o sucesso daquelas experiências. No caso da experiência italiana, Gurisatti (1999:83) designa as especificidades, que dificultariam a difusão e reprodução daquela experiência, de DNA territorial, uma vez que estas pressupõem a combinação de fatores locais e regionais arraigados. Aquela foi uma experiência onde a responsabilidade social das empresas se combinou e articulou à solidariedade e cooperação dos trabalhadores e se aliou à experiência tradicional destes na produção de produtos especializados. Quiçá esta tenha sido uma primeira experiência de pacto territorial, que hoje conquista novas versões como os pactos territoriais de emprego, que podem abranger uma cidade, uma área rural, um mercado de trabalho localizado (Pichierri, 2002:696); ou ainda como pactos de emprego e desenvolvimento regional, tais quais os que foram implementados na Bavária pelo governo local, a partir de 1996, como um meio de gerar emprego, conter o desemprego e evitar a evasão das firmas alemãs para o leste europeu. Entram em questão, aqui, fatores que extrapolam o local, que mostram claramente que este não pode ser pensado localmente, mas deve ser refletido em uma escala mais ampla, como se mostrará em seguida.

2. De volta à região

Pensar o desenvolvimento local nos tempos atuais pode parecer simples, não obstante, e esta é nossa hipótese: não há como fazê-lo sem considerar a questão regional. E por que isso? Porque não há como pensar os lugares, os locais isoladamente, como uma coleção de coisas desarticuladas entre si, existentes por si só, pois os lugares são resultantes de ações e processos sócio-espaciais, como assinalamos ao início. Os quais se desenvolvem ao longo do tempo e são geograficamente localizados. Portanto, estes lugares são resultantes da superposição e interpolação de diversas e diferentes práticas espaciais e concepções do espaço que nutrem a própria produção do espaço social em cada momento histórico (vide a respeito Lefebvre, 1991). Não há como pensar, assim, um lugar isoladamente, no tempo e no espaço, uma vez que os distintos atores sociais não estão enraizados no território como plantas ou rochas, ao contrário podem se deslocar e estabelecer articulações em distintas esferas de poder e escalas geográficas.

Com o advento da III revolução industrial, da globalização e das novas tecnologias de informação e comunicação ingressamos, indubitavelmente, em uma nova etapa do capitalismo. O corolário destas transformações das condições gerais de produção tem um rebatimento em todas as esferas da vida social. Uma vez que estas transformações acarretam alterações não só na esfera da reprodu-

ção do capital, mas também, e principalmente, na esfera do trabalho e mesmo do modo de vida das diversas classes sociais, com a reorganização, reestruturação dos espaços de produção, trabalho e vida. O *lean management* (administração enxuta) é acompanhado pelo *downsizing* (redução da massa de trabalhadores) o que acarreta um empobrecimento dos trabalhadores e um enfraquecimento das relações de trabalho regulamentadas.

Se por um lado tem-se uma globalização da economia, da cultura, de padrões de consumo e de vida, acompanhadas por uma globalização da pobreza; por outro, tem-se um tecido social heterogêneo e um espaço onde impera a diversidade. A constante dissolução e recriação da sociedade industrial, tal como a mitológica fênix, conforme assinala Marx na célebre passagem “*tudo que é sólido desmancha no ar*”, resulta na constante (re)estruturação e (dis)solução do espaço a cada momento. Por conseguinte tende a haver uma mudança em processos espaciais como a urbanização e a industrialização que contribuem para a (re)estruturação territorial e uma nova urdidura do espaço social. Resulta daí uma urbanização esgarçada, como assinalava Lefebvre (1969:16), e conformam-se “novas” regiões e formas de regionalização com uma nova hierarquização dos centros, pólos e áreas em desenvolvimento.

No caso do Brasil, nas áreas econômicas mais dinâmicas, não só as empresas e os ricos migram das áreas urbanas; os trabalhadores urbanos também o fazem, todavia permanecem vinculados a atividades de caráter urbano, como serviços, comércio e inclusive atividades industriais. Em decorrência o ordenamento do território se desconstrói e reconstrói, com um crescimento acentuado das cidades de porte pequeno e médio como apontam os resultados dos últimos censos demográficos (IBGE, 1991 e 2000), com um crescimento demográfico da população rural de caráter urbano.

Benko & Lipietz (1995) ao caracterizarem as “regiões ganhadoras” chamam a atenção para a decadência das antigas áreas industriais *vis a vis* à emergência de novas áreas produtivas, sem tradição neste sentido. Em parte, a importância atual conferida, por políticos, planejadores e empresários, ao poder local estaria relacionada à busca desta preeminência perdida.

Harvey (1985 e 2005) fornece-nos elementos para refletir sobre a interação desenvolvimento local-regional ao teorizar a geopolítica do capitalismo. Pode-se dizer que, em 1985, as tendências em curso ainda eram embrionárias. Então, a revolução informacional sequer havia começado, os microcomputadores possuíam no máximo 64Kb de RAM, a internet ainda funcionava com base em BBS em telas de fósforo verde – e hoje parece que foi há tanto tempo. A reestruturação produtiva e a deslocalização industrial, não haviam se esboçado, a não ser em algumas plantas industriais robotizadas, e somente começaram a se difundir globalmente, nos últimos dez anos do século XX, com a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação.

Naquele artigo, Harvey (1985:139-144) assinalava a importância da coerência territorial, idéia até certo ponto discutível no âmbito da geografia, dado o seu caráter ambíguo, mas que, no presente contexto, parece uma possibilidade de trabalho na falta de outra categoria analítica. A coerência territorial se construiria dialeticamente ao longo do tempo, como um desdobramento da tensão necessária entre a rigidez e a mobilidade do capital e a mobilidade espacial do trabalho. Esta coerência seria, assim, uma resultante espaço-temporal dos conflitos de classe localizados geograficamente, em virtude da relativa imobilidade do capital e do trabalho, que conduzem, tanto a conquistas sindicais quanto à produção de infraestruturas físicas e sociais, e a uma divisão dos produtos e do espaço social entre distintos atores. Entre os quais se destacariam os trabalhadores, organizados em sindicatos, associações de classe; o capital (das corporações, das grandes empresas, fundiário, financeiro e até mesmo o agroindustrial) e o Estado – seja sob a forma de poder local, ou em outras esferas mediante políticas reguladoras do processo de trabalho e da organização do trabalho.

Nas palavras de Harvey (1985) esta coerência territorial se rompe caso um dos atores se retire, por exemplo, como a emigração de trabalhadores em busca de melhores empregos, ou a evasão do capital em busca, seja de uma força de trabalho mais barata, seja de localizações com maiores subsídios e incentivos fiscais. As infraestruturas físicas e sociais pré-existentes, assim, seriam abandonadas por outras localizações mais interessantes. Não obstante, Harvey (1985) argumenta que o aprisionamento espacial das empresas constituiria um obstáculo para isso, em razão dos investimentos feitos em capital constante, edificações, máquinas e equipamentos. Obstáculo minimizado, hoje, em parte pelas novas condições de produção.

Com a reestruturação produtiva, a globalização e as novas formas de organização da produção e do trabalho a distribuição espacial das fábricas conquistou uma flexibilidade que não possuía antes. Flexibilidade e inovações que facultaram uma especialização e dispersão espacial das unidades produtivas articuladas globalmente (Harvey, 1989; Offe, 1984 e Limonad, 2003). Agora, tem-se, ao invés da produção padronizada de multinacionais organizadas verticalmente em cachos em diversos países, redes de empresas articuladas local e globalmente situadas em poucos países ou em um único país com o objetivo de atender o mercado mundial como são os casos da Whirlpool – Brastemp, com quatro unidades produtivas no mundo, da Volkswagen de Ônibus e Caminhões – com uma única unidade produtiva, em Resende, no Brasil, e de outras indústrias em outros setores produtivos.

A Volkswagen S.A além de haver concentrado a produção de determinados produtos no Brasil, como é o caso do *Fox*, exportado para o mundo inteiro, realizou também uma divisão especializada e territorial de sua produção. Com isso se

deslocalizou de uma coerência territorial anterior, que ajudou a construir na Região Metropolitana de São Paulo, quando instalou em São Bernardo, em 1958, uma grande planta de produção de veículos, que foi o gérmen de toda uma cadeia de produção automobilística e do maior sindicato de operários metalúrgicos da América Latina. Atualmente na antiga fábrica, em São Bernardo, só se fabricam peças e apenas se mantêm algumas linhas de produção (dos modelos *Santana, Gol e Kombi*). A fabricação de modelos mais novos e modernos se encontra deslocalizada das áreas industriais tradicionais e dispersa em diversas partes do Sul-Sudeste do Brasil, de forma similar ao que ocorreu com outras grandes montadoras, que migraram para outras partes do Brasil. Deste modo a produção de ônibus e caminhões da Volkswagen realiza-se na unidade de Resende (Rio de Janeiro), a única em todo o mundo, enquanto em outras unidades, em outras partes do país, são produzidos produtos diversos. Os motores são manufaturados em São Carlos (interior de São Paulo). A linha *Gol-Parati* é feita com ajuda de robôs em Taubaté (interior de São Paulo), já a linha *Audi-Fox-Beetle* destinada a abastecer o mercado nacional e mundial é produzida em São José dos Pinhais (Paraná). Prevalece nestas fábricas uma nova divisão do trabalho, onde o trabalhador especializado foi substituído pelo polivalente, que atua em diversas frentes e momentos do processo de produção. Além do mais as fábricas deixaram de se encarregar, como acontecia no fordismo, de todas as fases e partes do processo de produção. O traço característico marcante destas fábricas de última geração é a terceirização da produção de processos e de produtos.

A Whirlpool, por sua vez, conta, em poucos lugares e países selecionados, com um número reduzido de unidades produtivas para abastecer os distintos continentes. É interessante notar, que, como no caso da Volkswagen, a produção da Whirlpool também se encontra dispersa espacialmente e suas unidades produtivas são especializadas em um número reduzido de produtos (<http://www.whirlpoolcorp.com/about/facilityfinder/>). Na América do Norte, a produção está distribuída principalmente entre o México e os Estados Unidos, com apenas uma unidade produtiva em Québec (Canadá). A Ásia e a Oceania são atendidas pelas unidades instaladas na Índia e na China. Na América Latina, a produção encontra-se concentrada no Brasil e dispersa espacialmente de forma especializada: as geladeiras, congeladores e secadoras são produzidos em Joinville (Santa Catarina); os micro-ondas e aparelhos de refrigeração em Manaus (Amazonas); as lava-roupas e lava-louças em Rio Claro (São Paulo) e os compressores de refrigeração são produzidos em Riva de Chieri (Itália). A direção regional da Whirlpool na América Latina - que compreende as marcas Whirlpool, Brastemp, Cònsul y Eslabón de Lujo - se encontra em São Paulo. Em Santiago do Chile há um escritório administrativo e em Buenos Aires (Argentina) uma base de operação de logística, marketing e distribuição. O mesmo sucede em outros continentes com poucas variações.

Prevalece hoje, portanto, uma especialização funcional e uma divisão técnica do trabalho não dentro das fábricas, mas entre fábricas de uma mesma empresa. Isto resulta em uma divisão territorial do trabalho e em uma especialização espacial e funcional de diferentes setores de uma mesma empresa. Em decorrência a produção de determinados produtos passa a ser feita em localizações únicas específicas e é direcionada para atingir amplas faixas do mercado internacional, com a perda dos vínculos locais e regionais. Soma-se a isso a transnacionalização das grandes empresas resultante de fusões corporativas e da interpenetração de capitais de diferentes nacionalidades, que se converte em mais um fator a comprometer a referida coerência territorial, uma vez que essas empresas deixam de ter qualquer compromisso com seus países de origem: como são os casos recentes da Mannesmann, da Adidas e Nike, da Daimler-Benz e Chrysler. O que conta agora é manter a taxa de lucro e não lealdades nacionais ou regionais.

Uma decorrência desses processos, como já é notório, é a desregulamentação do trabalho, o aumento do desemprego estrutural, o fim do pacto fordista. Com isso inicia-se uma nova etapa no conflito de classes e nas disputas locais e regionais pelas melhores localizações.

As novas indústrias, por serem intensivas em capital e tecnologias e necessitarem de emprego reduzido de mão de obra, podem localizar-se fora dos grandes centros urbanos, em áreas sem tradição industrial – o que lhes propicia uma força de trabalho com um reduzido grau de organização sindical. A título de exemplo, pode-se mencionar a transferência de fábricas têxteis de Americana, no interior de São Paulo, para Fortaleza no Ceará, ou ainda a implantação de fábricas de material de transporte (setor automotivo, caminhões e congêneres) em diversas partes do Brasil, e não na tradicional região metalúrgica do ABC² paulista. Deste modo, têm-se alterações, em diversas escalas, na organização territorial das atividades produtivas e da distribuição da população.

As novas implantações industriais passam a ser feitas preferencialmente em áreas semi-rurais ou periféricas, fora dos centros urbano-industriais tradicionais. Há, assim, um aumento da concentração das sedes administrativas nas capitais do Sudeste brasileiro (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória) acompanhado por uma dispersão das unidades industriais, antes localizadas em São Paulo e Rio de Janeiro, para diversas áreas do território nacional, conformando as chamadas “ilhas de prosperidade” em distintas partes do Brasil (Becker, 2004, Limonad, 2004 e Lencioni, 2004). Observa-se, em decorrência, um declínio das cidades industriais tradicionais e a desconcentração dos grandes centros urbanos para áreas periféricas ou semi-rurais, que são acompanhados por um crescimento demográfico das cidades de pequeno e médio porte.

² A sigla ABC serve para designar a área industrial conurbada, a sudeste da cidade São Paulo, formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema e Mauá.

Em uma escala macro regional aumentam as tensões geográficas e aguça-se a competição inter-regional e interurbana – com a emergência do que Santos (1996) caracterizou de “guerra dos lugares”. As políticas macro-econômicas de cunho keynesiano são substituídas pelo planejamento estratégico localizado. O Estado interventor perde espaço para o Estado “empresário” e promotor. No caso brasileiro, no decorrer da última década do século XX, o Estado deixa de ser planejador e torna-se promotor e empreendedor, com a implantação de linhas de investimento desenhadas para desenvolver determinados eixos e pontos no território nacional, como foram os Programas “Brasil em Ação” e seu sucessor “Avança Brasil” implementados pelos dois governos sucessivos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, entre 1995-1998 e 1999-2002. Por conseguinte o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conquista uma nova preeminência ao passar a atuar de forma mais incisiva em parceria com a iniciativa privada.

Intervém nestes processos, acima descritos, distintos atores e agentes sociais, organizados e ou congregados a partir de interesses diversos, que, de certa forma, encontram sua expressão espacial em diferentes contextos territoriais. As práticas espaciais necessárias à reprodução e ampliação destes atores sociais e institucionais tendem a configurar, ao longo do tempo, o que se poderia caracterizar como uma coerência territorial, da forma com que esta é definida por Harvey (1985:146). A região seria, então, uma resultante desta complexa coerência territorial, construída historicamente, a partir da dialética articulação e enfrentamento de distintos grupos e processos sociais, que conferem, simultaneamente, características específicas a determinados espaços sociais e expressam os interesses sociais envolvidos. Idéia que converge para as proposições de Kayser (1980) e de Becker (1982). Kayser (1980:280) define a região, antes de qualquer coisa, como um fato político, um “resultado de um equilíbrio de forças”, embora a possibilidade de se alcançar um “equilíbrio de forças” em princípio seja instável e inviável, em um contexto capitalista, à medida que a própria idéia de equilíbrio pressupõe uma possível harmonia, o que se contrapõe ao fundamento básico do capitalismo: a desigualdade social, econômica e geográfica. Já para Becker (1982:24-25), a região seria a expressão espacial de articulações sociais. Seria mais adequado, assim, considerando-se a existência de atores hegemônicos e não hegemônicos e a prevalência de desigualdades sociais estruturais, conceber a região como fruto de alianças e arranjos sociais construídos conjuntamente.

Santos (1996), por sua vez, chama a atenção para o fato que o grau, intensidade e escala de abrangência de tais articulações sociais estariam relacionados historicamente, e em uma visão clássica da geografia (Vidal de la Blache), a uma relação de poder entre um centro e seu espaço circunadjacente, através de interações horizontais hierárquicas. Nesta perspectiva a região resultaria destas

interações horizontais, que hoje ganham novos contornos graças aos processos assinalados acima, que permitem interações verticais. O confronto entre interações verticais e horizontais rompe com a hierarquia pretérita gerada exclusivamente pelas interações horizontais. Configuram-se, destarte, novas territorialidades e novas articulações regionais, uma vez que as interações verticais propiciam interações diretas entre centros de 1ª e 2ª ordem, segundo as classificações de Friedman (1986) e Sassen (1994), e periferias antes subordinadas a outros centros. Um exemplo destas interações verticais é a relação direta que se estabeleceu entre a fábrica de ônibus e caminhões da Volkswagen em Porto Real (RJ-Brasil) e a sede mundial da empresa em Wolfsburg (Alemanha), ou ainda entre as tribos Carajás na Amazônia e Londres, sede mundial da empresa de cosméticos que adquire a produção indígena” sem agrotóxicos” e “politicamente correta” de castanha do Pará. Cabe assinalar aqui, ainda que de passagem, a importância assumida na contemporaneidade pelos rótulos verdes, sustentáveis ou, ainda pelos rótulos politicamente corretos, para a comercialização de certos produtos.

A região, desta forma, aparece mais como um resultado do que como um ponto de partida, ou seja, emerge como um produto deste arranjo, ou arranjos sociais, entre distintos atores, construída dialética e geohistoricamente a partir de tensões sociais espaço-temporalmente localizadas. Nesse sentido, Ribeiro (2004) adverte que “as práticas sociais, afinal, dependem das circunstâncias e condições (materiais e imateriais) que enfrentam”. Em consequência, essas práticas possuem limites, ademais de variarem muito rapidamente devido às transformações técnicas e às novas constelações territoriais de poder entre dominantes e dominados, através de novos concertos hegemônicos, em que a própria idéia de hegemonia carrega a idéia de contra-hegemonia e de resistência.

Uma conjunção / articulação de forças entre os diferentes atores sociais em disputa no território, parece ser o elemento necessário para que se possa pensar o desenvolvimento local e regional, pois em caso contrário esse se transforma em uma soma de proposições de políticas e práticas vazias de significado para o complexo conjunto de atores sociais aí presentes e articulados em distintas escalas geográficas e de poder.

Portanto, pode-se dizer que uma resultante direta da introdução das inovações e das tecnologias é a destruição de coerências territoriais preexistentes, com o empobrecimento da população e aumento do desemprego estrutural. De onde, talvez, o apelo ao desenvolvimento local, uma vez que a política de desenvolvimento local e regional é, ela mesma, um aspecto desta coerência territorial, que agora se rompe e/ou é reforçada, condicionada pelas lutas de classe, pelas tensões sociais e pela estrutura institucional do Estado – através da qual se exerce o poder.

3. Perspectivas possíveis

A questão do desenvolvimento local-regional gira hoje, portanto, em torno da possibilidade de construção de novos pactos, de novos acordos territoriais. E isto exige, ao contrário do que pensam os defensores do planejamento estratégico, não a construção de um cenário futuro plausível com os principais protagonistas. Nem se concentrar apenas no local. Primeiro, porque a solução não se encontra na construção de uma imagem plausível e sedutora, como pensam os primeiros; e segundo, porque os atores locais, hegemônicos ou não, não estão limitados ao local e à escala local, mas ao contrário encontram-se articulados em múltiplas escalas. Neste sentido há que se estar atento para as convergências e diferenças, e para os matizes intermediários.

Seria um equívoco, assim, manter a postura de pensar localmente para agir globalmente, uma vez que para haver um desenvolvimento local, e mesmo regional, os diferentes atores locais devem articular-se, ou estar articulados, em múltiplas escalas. Não se trata mais de produzir localmente para resolver demandas localizadas regionalmente, mas de produzir localmente para abastecer o mercado mundial, embora mesmo esta produção “local” esteja agora articulada em rede em múltiplas escalas geográficas. Por conseguinte para produzir localmente e promover o desenvolvimento local é necessário pensar e articular-se além do local.

Torna-se patente, que para se poder pensar em restabelecer coerências territoriais pré-existentes, ou construir novas, são imprescindíveis novos pactos territoriais. Colocam-se, neste sentido, alguns obstáculos, que cabem ser considerados em qualquer viés de ação que se pretenda:

- i) A existência de atores globais transnacionais (“*global players*”), sem compromissos identitários, pátrios, sem interesse em preservar as características locais e que buscam se apropriar das vantagens locais e regionais oferecidas para depois se evadir para outros “mercados”.
- ii) A sobre-institucionalização do Estado e a sobre-taxação, que tendem a pesar sobre a implementação de novas atividades. Um dos maiores empecilhos ao investimento estrangeiro no Brasil, segundo órgãos de consultoria especializados é a excessiva burocracia e a sobre-taxação para abertura de novas firmas. Enquanto nos Estados Unidos e Austrália uma nova firma pode ser aberta em menos de duas horas, no Brasil isto não ocorre em menos de seis meses, além das multas em que o futuro empresário incorre, em virtude da superposição de exigências fiscais e competências de governo.
- iii) A ausência de compromisso entre os distintos atores sociais. Não basta articular os movimentos sociais, os distintos capitais, os “*global players*”

e o Estado, em suas diversas instâncias de poder, se não houver um comprometimento geral, em que todos os envolvidos cedam um passo, seja em termos de reivindicações, seja em termos de expectativas de lucro e de ganhos no mercado financeiro global de receitas e taxas. O que implica em um empenho coletivo para evitar o desmonte de empresas, em razão de sua lucratividade encontrar-se abaixo dos índices de rentabilidade do mercado financeiro mundial.

Há que se considerar ainda, que:

- i) Políticas e práticas específicas para o desenvolvimento local não podem deixar de contemplar a escala regional,
- ii) não são construídas pragmaticamente de uma hora para outra, mas se constroem geohistoricamente em contextos e condições específicas juntamente com sua articulação e organização escalar (Cox, 2004:182).
- iii) A acumulação de capital e as lutas de classe ocorrem em campos geográficos de limites e possibilidades variáveis (idem). Isto impõe que as formas do Estado, os imaginários sociais, o desenvolvimento geograficamente desigual e identidades e interesses historicamente arraigados, entre outras coisas devem ser considerados.

É neste campo de limites e possibilidades que distintos atores sociais e institucionais, com interesses localizados e agendas específicas em distintas escalas geográficas, buscam organizar e forjar concertos e coalizões ao redor de assim chamados “projetos comuns” no intuito de satisfazer seus próprios interesses.

Uma possibilidade que se descortina como meio de satisfazer estes interesses distintos e facultar pactos territoriais é o Estado abdicar de certas taxas e promover políticas sociais de emprego a partir de subsídios fiscais às empresas que implementarem medidas neste sentido. Cabe, neste sentido, preservar um espaço nestes pactos às organizações sindicais e classistas e não só aos movimentos hegemônicos.

A experiência européia, francesa e alemã, é ilustrativa. Para evitar a evasão das indústrias e preservar os empregos os sindicatos e os trabalhadores tiveram que fazer concessões em termos da redução da jornada de trabalho e, inclusive, dos salários. Os indicadores de desemprego formal nos Estados Unidos encobrem as jornadas de trabalho por tempo determinado e a instabilidade econômica do cotidiano das pessoas. “*O sonho acabou*”. Foram-se os pactos e a regulação do fordismo. Nas palavras de abertura do documentário “*The new age of labor*” feito pelo Channel Four sobre o dismantelamento da produção fordista e desregulação do trabalho ao redor do mundo, uma executiva americana de uma

firma de empregos declara: “Hoje uma pessoa para sobreviver tem que ser polivalente e em sua vida deverá ter pelo menos cinco profissões e inúmeros empregos”.

Na busca por novos pactos territoriais é necessário ter claro, ainda, que Estado e capital criam espaços próprios que subsumem o local em diferentes escalas. Bem como, não se pode relevar o fato de que com as práticas atuais de planejamento estratégico e governança corporativa o desenvolvimento local e regional muitas vezes é reduzido a um conjunto de medidas tomadas em comum acordo entre investidores privados e agências estatais, em distintas escalas, nas quais não são consideradas as expectativas e vocações locais, em nome da articulação do local ao desenvolvimento geral e global.

Não se trata, portanto, de submeter o trabalho a uma rendição incondicional frente ao capital em nome do desenvolvimento, mas de buscar criar ações concertadas que articulem os distintos interesses em jogo, e onde o Estado também ceda espaço às reivindicações sociais e subsidie tais orquestrações.

O restabelecimento da coerência territorial anterior, ainda que de forma instável e em novas bases, estaria condicionado a uma articulação dialética entre os diversos atores sociais e institucionais com interesses distintos e, por vezes, contraditórios. Tal articulação se concretizaria mediante ações e práticas sócio-espaciais com rebatimento não apenas sobre os atores envolvidos, mas com desdobramentos no território onde estes processos têm lugar. Caberia, deste modo, uma ação concertada entre sindicatos classistas, trabalhadores, movimentos sociais e atores sociais hegemônicos, com o reconhecimento de que não se trata de perseguir pura e simplesmente uma redistribuição territorial de geração de renda, mas de agir ao nível de práticas sociais, de convicções arraigadas e de estruturas de cooperação a serem transformadas. Nada disso é fácil, nem muito menos simples.

Há que se considerar ainda o risco de institucionalização dessas iniciativas, por parte do Estado em suas diversas instâncias³, além do mais se o desenvolvimento local estiver fundado em atores e recursos disponíveis na região. Para que o desenvolvimento local ocorra sem amarras institucionais não devem ser consideradas apenas as características do local. Devem ser consideradas também as possibilidades de articulação com atores e fatores externos em diversos níveis de poder e escalas. O que evidencia a importância das escalas.

Apesar das diferenças de escalas parecerem quantitativas, analiticamente são qualitativas. A mudança de escala de análise envolve uma reinterpretação dos fenômenos. Para Boaventura Santos “*mudar de escala implica mudar de fenô-*

³ No caso brasileiro as instâncias de governos são a municipal, a estadual e a nacional. Inexistem no Brasil instâncias intermediárias de poder entre os municípios e os estados, e entre os estados e o governo federal.

meno. Cada escala revela um fenômeno e torce ou esconde outros” (idem: 230). Permitimo-nos discordar de Santos por entender que a mudança de escala não implica em mudar de fenômeno em si, pois o que muda é o significado e a extensão do fenômeno. A seleção de uma escala espaço-temporal é fundamental em termos da representatividade e do significado do que se pretende investigar e analisar. O principal obstáculo, assim, reside no fato que não há uma maneira correta de se definir a escala de análise e reflexão (Harvey, 1996:203). A análise em escalas articuladas nos permite proceder à intersecção entre a ordem próxima e a ordem distante, entre o singular e o plural, entre o particular e o geral, entre o local e o global, entre a edificação e a cidade, entre a cidade, o território e a região. Enfim, entre o espaço social e a sociedade que o engendrou. A seleção de uma escala particular, segundo Lepetit (1998:100), modifica a conformação e organização dos objetos, enquanto a multiplicação de escalas de observação poderia contribuir para um ganho de conhecimento do momento em que se postula a complexidade do real e de sua infinitude.

Através da articulação multiescalar de redes de atores estratégicos torna-se possível pensar em ações orquestradas por diversos atores para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido ganham uma nova dimensão programas e planos de implantação e extensão de redes de infraestruturas físicas de abastecimento, transporte e comunicação. Pois, se a existência de infra-estruturas físicas em si não é um fator suficiente para criar uma coerência territorial (Harvey, 1985), tampouco o seria para um desenvolvimento local e regional integrado. Para as infra-estruturas físicas, os objetos no território serem efetivos devem possuir um significado econômico, político e social, devem atender a interesses geograficamente localizados, ou seja, devem estar vinculados a determinados valores e ações, ao contrário são destituídos de sentido.

Enfim, não há como pensar o local sem o regional, à medida que entendemos que o local e o global se afirmam e se negam dialeticamente na região (Silveira, 1999:386).

Bibliografia

- BECKER, B. K. (1982), “A crise do Estado e a região – a estratégia da descentralização em questão”. In BECKER, B.K. (org.) *Ordenação do território: uma questão política?* DEGEO-UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____. (2004), “Uma nova regionalização para pensar o Brasil?”. in LIMONAD, E.; HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (org.) *Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização?*. Max Limonad, São Paulo.
- BENKO, G. & LIPIETZ, A. (1995), “O novo debate regional”. in BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.) *As Regiões Ganhadoras: Distritos e Redes – os novos paradigmas da geografia econômica.* Celta, Oeiras.

- BORJA, J. Revolução y contrarrevolución en la ciudad global. *Biblio 3W*, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. X, nº 578, 20 de abril de 2005. [<http://www.ub.es/geocrit/b3w-578.htm>].
- BORJA, J. e CASTELLS, M. (1997), *Local y global*. Taurus, Barcelona.
- BRANDÃO, C.A. (2005), *A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos*. Tese de Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CAPEL, H. (2005), *El modelo Barcelona: un examen crítico*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- COX, K.R. (2004), "Globalization and the politics of local and regional development: the question of convergence". *Transactions of the Institute of British Geographers*. Volume 29, 2 :179-194.
- FRIEDMAN, J. (1986), "The World City Hypothesis" in *Development and Change*, Vol. 17, 1: 69-83.
- GURISATTI, P. (1999), "O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial" in COCCO, G. et al. (org.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. DP & A, Rio de Janeiro.
- HARVEY, D. (1985), "The Geopolitics of Capitalism". in GREGORY, D. & URRY, J. (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*. Mac Millan, London.
- _____. (1989), *A Condição Pós-Moderna*. Loyola, São Paulo.
- _____. (1996), *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Blackwell, Oxford.
- HARVEY, D. (2005), "Geopolítica do Capitalismo. in *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo, Anna Blume.
- KAYSER, B. 1980. (1964), "A região como objeto de estudo da Geografia". In GEORGE, P. et alii. (1980). *A Geografia Ativa*. 9a ed. Difel, São Paulo.
- IBGE (1991) Anuário Estatístico. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. (<http://www.ibge.gov.br>)
- IBGE (2000) Anuário Estatístico. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. (<http://www.ibge.gov.br>)
- LEPETIT, B. (1998), "Sobre a escala na história". in REVEL, J. *Jogos de Escalas – a experiência da microanálise*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- LENCIONI, S. (2004), "Novos rumos e as tendências da urbanização e industrialização no Estado de São Paulo". in LIMONAD, E.; HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (org.) *Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização?*. Max Limonad, São Paulo.
- LIMONAD, E. (2003), "Considerações sobre o novo paradigma do espaço de produção industrial". in revista *Ciência Geográfica*. Ano IX, nº 3. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Bauri.
- _____. (2004), "Regionalizar para que? Para quem?". in LIMONAD, E.; HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (org.) *Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização?*. Max Limonad, São Paulo.
- _____. (2005), *Estranhos no Paraíso de Barcelona*. Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona. *Biblio 3W*, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. X, nº 610, 25 de octubre de 2005. [<http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm>].
- OFFE, C. (1984), *Disorganized Capitalism*. Massachusetts Institute of Technology Press, Boston.
- PEDRÃO, F. (2002), "A sustentabilidade social e ambiental". *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano IV, julho de 2002. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PICHIERRI, A. (2002), "Concentration and Local Development". *International Journal of Regional and Urban Research*. 26, 4: 689-706.
- PIORE, M. & SABEL, C. (1984), *The second industrial divide*. Basic Books, New York.
- RIBEIRO, A.C.T. (2004), "Regionalização: fato e ferramenta". in LIMONAD, E.; HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (org.) *Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização?*. Max Limonad, São Paulo.
- SANTOS, B.S. (2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Cortez, São Paulo.
- SANTOS, M. (1996), *A natureza do espaço*. Hucitec, São Paulo.
- SASSEN, S. (1994), *As cidades na Economia Mundial*. Nobel, São Paulo.
- SECCHI, B. (1999), Ciudad moderna, ciudad contemporánea y sus futuros. in *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*. Universidad Politécnica de Catalunya, Barcelona.
- SILVEIRA, M.L. (1999), *Um país, uma região, fim de século e modernidades na Argentina*. Fundação para o Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Laboplan/Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sítios da Internet consultados

<http://www.worldteleport.org/>
<http://www.wtca.org>